

Aconteceu

VIOLÊNCIA NO CAMPO FAZ MAIS VÍTIMAS

KARDEX	<input checked="" type="checkbox"/>
TR.AGEM	()
XEROX	()
PREPARAÇÃO	()

(foto: Cactus Feuerlich/
Editora Abril)



ADVOGADO ASSASSINADO

Em clima de revolta, 5 mil trabalhadores rurais da cidade de Surubim, Recife, realizaram o enterro do advogado trabalhista Evandro Cavalcanti, 38 anos, assassinado com seis tiros de revólver no sábado. Gritando slogans que exigiam justiça e prisão para os criminosos e levando faixas que pediam "Reforma Agrária já", os trabalhadores conduziram o caixão do advogado até o cemitério da cidade, às 11h.

O enterro teve caráter de protesto. Os trabalhadores rurais dispensaram o carro da funerária e levaram o caixão pelas ruas de Surubim. Saíram do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no Centro da cidade, e no percurso até o cemitério protestaram contra o assassinato. (Ver pág. 8)

MORTE E AMEAÇAS

A POSSEIROS

O advogado Jorge Farias denunciou ontem em Belém o assassinato do posseiro João Fernandes Bezerra, ocorrido no final de janeiro em Xinguara, Sul do Pará. Segundo o advogado, outros quatro posseiros estão ameaçados e temem ser assassinados, já que Bezerra também havia sido ameaçado de morte. Farias mostrou a cópia de uma carta enviada em abril por João Bezerra ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara, relatando as ameaças do fazendeiro Valdemar Carneiro. (ESP - 20/2/87)

Aconteceu

Nº 399 - Fevereiro/1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloíza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Zwinglio Mota Dias

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo de presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

Constituinte

REFERENDO À NOVA CONSTITUIÇÃO NÃO DEVE CONSTAR DO REGIMENTO

A determinação de um referendo popular da nova Constituição não deverá figurar mais no Regimento interno do Congresso constituinte, como pretendia o relator do projeto, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). A discussão sobre o referendo deve ser adiada para quando forem debatidas as disposições transitórias da nova Constituição. A informação prestada na tarde de ontem pelo próprio Fernando Henrique, em seu gabinete. Ele disse que uma de terminação dessas não seria própria de um Regimento, devendo constar, isso sim, das disposições transitórias da nova Constituição. No entanto, segundo a Folha apurou, o senador foi vivamente aconselhado a não incluir o referendo popular no regimento durante uma reunião que teve, neste fim-de-semana, com as principais lideranças do partido. Essa pressão não foi a única sofrida pelo senador peemedebista. A iniciativa popular de legislação também deverá ser aprovada depois de sofrer algumas restrições, segundo revelou o ex-deputado João Gilberto, que assessora Cardoso. Os projetos deverão agora ser apresentados por três entidades de caráter nacional que reúnam mais de trinta mil inscritos. E cada cidadão só poderá subscrever um único projeto. Se o projeto for rejeitado por unanimidade numa comissão, só será debatido no plenário do Congresso constituinte se algum parlamentar resolver subscrevê-lo como seu. (FSP - 17/2/87)

MUDANÇA NO SUBSTITUTIVO DO REGIMENTO

O Congresso constituinte poderá modificar a atual Constituição, depois que uma alteração foi introduzida no substitutivo do projeto do Regimento Interno nas últimas horas de sexta-feira, pelo relator senador

Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), depois de um dia de longas negociações entre o governo, através do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o grupo "pró-soberania" do PMDB. A questão da soberania e competência da Constituinte está contida em dois pontos do substitutivo, que teve seu texto final liberado somente ontem de manhã. No preâmbulo, Cardoso afirma que "os constituintes - delegados do povo - têm o poder para sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia, no cumprimento da missão histórica que lhes foi conferida". Depois de penosas negociações durante toda a tarde de sexta-feira, Cardoso chegou a um acordo à noite. No artigo 58, que trata das proposições que podem ser votadas pelo Congresso constituinte, foi introduzida a figura do "projeto de decisão". Este se destinará a regular "matérias de relevância" para o Congresso constituinte, mas precisará ser apresentados por um terço dos constituintes (187 deputados e senadores). Esses projetos serão submetidos a um parecer prévio da Comissão de Sistematização, que terá cinco dias para emití-lo. Caberá ao plenário aprová-lo ou rejeitá-lo por maioria absoluta (280 votos). Se for rejeitado, o assunto estará arquivado definitivamente, não podendo ser reapresentado. O substitutivo é mais restritivo, no entanto, em outros aspectos. Assim, pelas atuais normas provisórias, vinte constituintes podem convocar uma sessão extraordinária. Pelo substitutivo, serão necessários 56, número com o qual, por exemplo, não conta 4 partidos de oposição (PT, PDT, PCB e PC do B). (FSP - 22/2/87)

SARNEY USARÁ MAIORIA PARA IMPOR CARTA, DIZ PRESIDENTE DA OAB-SP

O novo presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil, Antonio Caludio Mariz de Oliveira, disse ontem que a nova Constituição corre o risco de ser "descolada da realidade", em virtude do fato de a "Constituinte ser vinculada

ao Congresso Nacional". Segundo Mariz, o presidente José Sarney vai impor ao Congresso constituinte, através de sua maioria parlamentar uma Carta baseada no anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. "Estamos diante de uma Constituinte conservadora", disse Mariz, em entrevista coletiva na sede da OAB-SP. "E os parlamentares estão mais preocupados com suas posições visando eleições futuras do que comprometidos com as aspirações do povo". Ele disse que a OAB-SP quer atuar como "canal de comunicação entre a sociedade civil e a Constituinte". Para isso, a partir do final de março organizará painéis (discussões) sobre temas como o Poder Judiciário, reforma agrária, reforma tributária e direitos individuais. (FSP - 19/2/87)

PARTICIPAÇÃO POPULAR

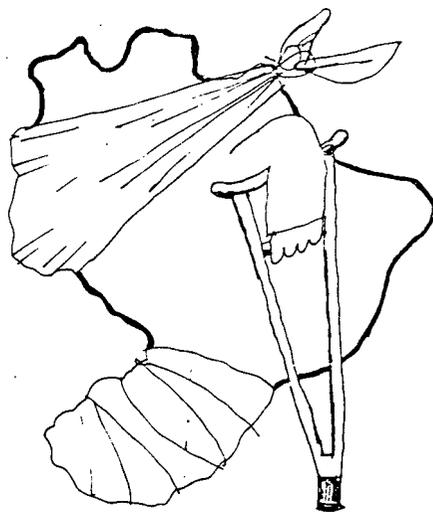
Nove bispos da Arquidiocese de São Paulo e o cardeal-arcebispo, d. Paulo Evaristo Arns, decidiram, semana passada, que as 1.200 comunidades eclesiais de base (CEBs) do Estado criarão miniplenários pró-participação popular na Constituinte. Em Santo André (região sudeste da Grande São Paulo), partidos, sociedades amigos de bairro e outras entidades se reúnem, a manhã, às 19h30, na Câmara Municipal, para discutir a formação do plenário na cidade. (FSP - 22/2/87)

CNBB CONVIDA PARLAMENTARES PARA DEBATER A NOVA CONSTITUIÇÃO

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começou ontem a convidar formalmente todos os 559 constituintes para o primeiro debate sobre a futura Constituição. No convite, a entidade afirma que ao acompanhar a Constituinte está prestando um serviço público que "não se confunde com 'lobby'". O primeiro encontro com os parlamentares será na próxima terça-feira e dele participarão os 20 bispos

que integram a Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), além dos membros da Comissão de Acompanhamento à Constituinte e de assessores. No convite encaminhado aos parlamentares, a CNBB já alinha o que espera da Assembleia Nacional Constituinte: distribuição equitativa de riquezas, condição para a justiça social, necessária distribuição de poder e condição para a cidadania. (O Globo - 21/2/87)

Política Nacional



BRASIL DEIXA DE PAGAR JUROS POR TEMPO INDETERMINADO

O presidente José Sarney anunciou em discurso solene, a suspensão do pagamento de juros da dívida externa por tempo indeterminado. Inicialmente o governo considerava um período de apenas 90 dias para a vigência dessa medida, mas abandonou a intenção de estabelecer uma data limite para não prejudicar o trabalho de uma missão que enviará aos Estados Unidos para negociar com os bancos privados. Cabe ao Embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira, explicar inicialmente essa posição ao governo norte-americano e aos bancos comerciais. A suspensão do pagamento dos ju-

ros não atinge os encargos devidos aos bancos oficiais, por força de acordo firmado e, janeiro com credores governamentais reunidos no Clube de Paris. Tampouco significa, na linguagem que o presidente Sarney, adotar hoje, na TV, a imposição de uma moratória. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, após intensa reunião de trabalho e despacho de uma hora com o presidente Sarney, recusou-se a fornecer detalhes da operacionalização dessas medidas que prefere chamar de negociação. Em três meses o governo pensa economizar 3 bilhões de dólares, dos quais 2,1 bilhões relativos ao pagamento dos juros médio e longo prazo, que consomem 700 milhões de dólares por mês. Ao final do período, contudo, o governo não pretende utilizar esses dólares, que passarão a compor as reservas cambiais, a quitar os atrasados. (JB - 20/2/87)

PARA CUT, SARNEY PREPARA VOLTA AO FMI

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) não vai alterar seu calendário de lutas e tampouco atender ao apelo de união lançado ao país pelo presidente José Sarney durante o pronunciamento da sexta-feira passada na TV, por entender que a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, tal como foi anunciada, significa a retomada das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a consequente adoção de uma política recessiva voltada para "atender as exigências dos banqueiros internacionais". A posição da CUT foi reiterada ontem por seu presidente, Jair Meneguelli. Em contraposição ao apelo de José Sarney, Jair Meneguelli disse que a CUT "vai pedir a união dos trabalhadores" contra o que, no seu entender, ocorrerá ao Brasil: "Volta ao FMI, desemprego e uma recessão talvez nunca vista antes. É a decretação da falência. Deixará de pagar agora para pagar depois com a miséria do povo". Na opinião de Meneguelli, ao invés de "empurrar com a barriga" os bilhões de dólares "que nos são cobrados e que continuarão a

crescer", o governo deveria anunciar o não pagamento puro e simples da dívida externa, medida acompanhada da estatização do sistema financeiro, intervenção no comércio exterior, formação de estoques de matérias-primas e da defesa do emprego. (FSP - 24/2/87)

DIEESE: DÍVIDA NÃO É DO TRABALHADOR

O subfaturamento e a retenção de exportações, práticas adotadas desde outubro por exportações brasileiras, além da remessa de lucros obtidos pelas multinacionais, causaram rombos da ordem de US\$ 3 bilhões 500 milhões nas reservas cambiais brasileiras e por essa razão o país teria chegado à atual situação de insolvência. A teoria foi formulada pelo diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômico, (DIEESE), Walter Barelli ao comentar a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Depois de lembrar que o movimento sindical, inclui a questão da dívida entre as bandeiras incorporadas à greve geral de 12 de dezembro, Barelli, sustentou que, fora os trabalhadores, o mais importante neste momento é discutir como se chegou a uma situação de insolvência tão aguda que provou até mesmo a suspensão do pagamento dos juros. Segundo Barelli, o DIEESE identificou três causas básicas: A primeira é que desde outubro do ano passado os exportadores brasileiros começaram a segurar suas exportações, "na esperança de que fosse praticada uma máxima valorização do cruzado". Outra causa reside no subfaturamento praticado por exportadores. Enfim, Barelli calcula que as recentes remessas de lucros feitas por empresas rumo às matrizes totalizaram US\$ 1 bilhão. O diretor do DIEESE observa ainda que estimativas do próprio governo dão conta de que o subfaturamento das exportações causou a queima de pelo menos US\$ 2 bilhões e 500 milhões das nossas reservas. O mais grave nisso tudo é saber que esse prejuízo todo foi causado por um segmento da sociedade

que sempre foi muito incentivado, com diferentes benefícios, pelo próprio governo acusou Barelli. (JB - 21/2/87)

Trabalhadores Urbanos

PORTUÁRIOS DE SANTOS ENCERRAM A GREVE

Em assembléia realizada ontem, com a participação de aproximadamente quatro mil pessoas, os portuários da CODESP (Companhia das Docas do Estado de São Paulo) suspenderam a greve que há quatro dias vinha paralisando as operações de carga e descarga de navios no porto de Santos. A decisão de retorno ao trabalho ainda hoje dos seis mil grevistas (54% do total dos funcionários da empresa) foi tomada, segundo João Serra (diretor do Sindicato), como voto de confiança ao ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que prometeu estudar a suspensão das 49 demissões anunciadas na tarde de ontem pela CODESP através da assessoria de imprensa. No período da manhã, cerca de cinco mil trabalhadores fizeram uma passeata de cinquenta minutos pelo centro da cidade de Santos, chamando atenção da população para o movimento da categoria. Os portuários da CODESP reivindicavam um adicional fixo de Cz\$ 3 mil sobre os salários atuais (em média Cz\$ 3.500,00). (FSP - 21/2/87)

TRT NÃO MARCA DISSÍDIO EM CONTAGEM

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Minas ainda não marcou o julgamento do dissídio coletivo instaurado pela Companhia Têstil Santa Elizabeth, Em Contagem, (MG), segunda-feira passada, quando 90% de seus 1 mil 500 empregados entraram em greve. Eles reivindicam aumento salarial de 80% e a readmissão de cinco empregados demitidos dia 2 de fevereiro, "por participação do movimento que levaria à greve", segundo disse o diretor do Sindicato

dos Tecelões de Belo Horizonte e Contagem, José Roberto do Nascimento. O diretor do Sindicato, disse que a empresa não paga a taxa de insalubridade aos trabalhadores que lidam com soda cáustica, no setor de acabamento, não aceita atestados médicos do INAMPS e não dá qualquer assistência aos empregados acidentados. (JB - 21/2/87)

METALÚRGICOS DA COSIPA VOLTAM AO TRABALHO

Os metalúrgicos da COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista, localizada em Cubatão, 58 km a sudeste de São Paulo, voltaram ao trabalho ontem após cinco dias de greve, julgada ilegal na véspera pelo Tribunal Regional do Trabalho. Em assembléia realizada na porta da empresa - encerrada à 1h de ontem -, cerca de quinhentos dos 14 mil trabalhadores da COSIPA decidiram aceitar a proposta de antecipação de 10% a partir de fevereiro. Segundo Reinaldo Damasco, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, a empresa comprometeu-se a não demitir e nem punir os grevistas e a descontar em duas parcelas os cinco dias parados. (FSP - 18/2/87)

ELETRONORTE EM GREVE POR MAIS SALÁRIO

Funcionários da Eletronorte, empresa de energia elétrica na Amazônia, estão em greve desde o fim da semana passada. Segundo o Assessor da Presidência da empresa, cuja sede é em Brasília, Maurício Coelho, não há um risco imediato de paralisação da usina hidrelétrica de Tucuruí, mas o prolongamento da greve, se não houver logo uma negociação, poderá determinar um racionamento no fornecimento de energia a partir de Tucuruí. (O Globo - 18/2/87)

CUT DENUNCIA DEMISSÃO NO ABC

Cerca de 20 grevistas da Valisére, em Santo André, foram demitidos ontem, no 16º dia de paralisação, segundo a direção da CUT-ABC, que lidera o movimento. A informação não pôde ser confirmada na empresa, mas os membros da CUT disseram que muitas dispensas foram por justa causa. (ESP - 20/2/87)

MENEGUELLI FALA COM GRUPO 14

O presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, manteve na semana passada encontros com o coordenador do Grupo 14 da FIESP, Roberto Della Manna, o vice-presidente da ANFAVEA, Jacy Mendonça, e o presidente do SINDIPEÇAS, Pedro Eberhardt. As reuniões, de iniciativa de Meneguelli, também presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, levaram a nova posição dos 12 sindicatos metalúrgicos comandados pela CUT e cuja categoria tem data-base em 1º de abril. A proposta é apresentar a pauta num dia, explicá-la noutro e receber a contraproposta num terceiro, sem calendário para negociação. Jair Meneguelli, que quebrou ontem o sigilo dos encontros, foi taxativo: "Não estamos mais dispostos a participar dos circos montados pela FIESP". (ESP - 19/2/87)

REIVINDICAÇÕES DOS METALÚRGICOS

Os metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, em assembléia no último domingo, definiram a pauta de reivindicações para a próxima campanha: reajustes salariais de até 100%, dependendo da inflação de fevereiro; redução de jornada para 40 horas semanais; férias em dobro; e estabilidade no emprego. Foi aprovado pela segunda vez a devolução do imposto sindical aos traba-

lhadores como forma de "repúdio ao atrelamento sindicato/Estado". A devolução corresponde somente a 60% do valor recolhido, uma vez que 20% são endereçados ao Ministério do Trabalho, 15% à Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado e 5% ao CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores de Indústrias. (ESP - 17/2/87)

GREVE PODE PARAR PORTOS NA BAHIA

Os 100 práticos, arrais e mestres de cabotagem que trabalham nos portos da Bahia decidiram entrar em greve a partir das 16 horas de hoje, se as seis empresas do setor não aceitarem a proposta de acordo salarial que prevê o aumento do salário-base de Cz\$ 2.580,00 para Cz\$ 7.580,00. Se deflagrada a greve nenhum navio poderá entrar na baía de Todos os Santos para atracar ou destracar dos portos de Salvador, Aratu e dos terminais de Madre Deus (da Petrobrás), da Usina Siderúrgica da Bahia e da Dow Química. Poderá ser atingido também o porto de Malhado, em Ilhéus, no Sul do Estado. A greve, a princípio, deve durar até segunda-feira. Diariamente atracam ou deixam os portos da Bahia cerca de 20 navios. (ESP - 20/2/87)

METALÚRGICOS EM GREVE

Os 520 metalúrgicos das Indústrias Filizola S/A, em greve desde o dia 17, quando ocuparam as instalações da empresa no bairro do Pari, serão desalojados, se necessário com força policial. A decisão é do juiz José Valério de Sousa, da 18ª Vara Civil da Capital, que ontem determinou a expedição de mandato de reintegração de posse em favor da empresa, localizada na rua Joaquim Carlos, 1.236. (ESP - 20/2/87)

METALÚRGICOS EM GREVE

Desde a última quarta-feira, os 650 empregados da empresa estão parados, reivindicando um aumento real de salários da ordem de 85% e a aplicação do gatilho, além de melhores condições de trabalho que incluem desde a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais até refeitório e uniforme de trabalho. O quadro traçado pelos metalúrgicos de Rio Claro (SP) leva a crer que as condições de trabalho na empresa vêm se deteriorando ao longo dos últimos dois anos. (JB - 20/2/87)

Trabalhadores Rurais

**JAGUNÇOS DISPERSAM A TIROS
MISSA EM ACAMPAMENTOS NA PARAÍBA**

Três pistoleiros acabaram a tiros com uma missa que o bispo de Araruna, dom Marcelo Pinto Carvalheira, rezava no sábado na fazenda Varelo de Cima, naquele município, ferindo de raspão o agricultor José Avelar. Revoltados, os fiéis - todos lavradores da região - investiram contra os agressores, virando o automóvel Volkswagen amarelo que os conduzia e quebrando o braço de um dos pistoleiros. Os agressores chegaram ao acampamento dos lavradores, onde era rezada a missa, dando tiros para o alto, xingando e exigindo que se encerrasse a cerimônia. Formou-se um tumulto até que caiu ferido, sagrando muito, o agricultor José Freire de Avelar, conhecido como José Liberato. Ao verem o companheiro atingido, os demais lavradores avançaram sobre os agressores e quebraram o braço do que estava armado de revólver. Ele foi preso e levado ao delegado de Araruna, Ivan Francisco de Moraes, que não divulgou sua identidade, mas prometeu apurar a mando de

quem os pistoleiros agiram. (JB - 18/2/87)

**ADVOGADO ASSASSINADO
POR DEFENDER TRABALHADORES**

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Surubim, Israel Crispim, disse que o advogado foi "apenas mais uma vítima do desinteresse das autoridades para a reforma agrária". - É necessário que nós continuemos a luta para fixar o homem na terra, que Evandro soube como conduzir - disse o presidente do sindicato. Ele explicou que o advogado defendia os trabalhadores nas questões dos conflitos agrários há sete anos no sindicato. Nos últimos meses, ele se empenhou para conseguir a legalização da terra de 120 famílias em duas áreas de conflito no município. As áreas ficam em Umary de Casinhas e Cruzeiro de Caianas (PE) e pertencem aos posseiros conhecidos por Charles e José Neto. O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), José Rodrigues, disse que vai solicitar à Secretaria de Segurança Pública do estado, ainda hoje, um delegado especial para apurar o crime. Ele disse também que vão denunciar o assassinato à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e realizar um ato público no repúdio ao crime. O ato está marcado para sexta-feira. É o terceiro crime este ano contra os trabalhadores rurais ou pessoa ligada a eles. Dois trabalhadores foram assassinados em janeiro - um em Serra Talhada, outro em São Benedito do Sul, em áreas de conflitos agrários no estado - e os assassinos não podem ficar impunes. A polícia precisa prender os pistoleiros e os mandantes dos crimes - disse José Rodrigues. O corpo do advogado foi velado na sede do sindicato. Ele foi assassinado às 8h de sábado, em frente a sua casa, na Avenida Oscar Loureiro, em Surubim, na presença de sua mulher, Jucilete Cavalcanti, e de uma filha. (JB - 23/2/87)

ONU ACUSA BRASIL DE VIOLAR DIREITOS HUMANOS

A Comissão dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que realiza sua 43ª reunião, em Genebra (Suíça), divulgou ontem seu relatório anual denunciando execuções sumárias de pessoas ou violações aos direitos humanos ocorridas no ano passado em 21 países. No relatório, a comissão diz que enviou ao Brasil uma carta, datada de 29 de outubro último e até agora não respondida, perguntando sobre as medidas adotadas pelo governo brasileiro para proteger trabalhadores rurais envolvidos em conflitos agrários. Segundo o documento, de 1985 até o primeiro semestre de 1986, 386 pessoas teriam morrido no país em virtude da disputa pela posse de terras, sendo que a polícia, de acordo com o relatório, estaria envolvida num "grande número de mortes". Durante o ano passado foram registrados 298 homicídios dolosos, 38 ocorrências de desaparecimento de trabalhadores rurais em zonas críticas de tensão social e mais de duas centenas de ameaças de morte dirigidas por proprietários rurais contra lavradores, dirigentes sindicais, religiosos e funcionários do MIRAD. Esta informação consta do relatório "conflitos de terra", elaborado pela Coordenadoria de Conflitos Agrários do MIRAD e entregue ao ministro Dante de Oliveira. (FSP - 17/2/87)

ria da empresa, Antonio Carlos Holtz, revelou que um dos objetivos do plano é evitar erros futuros de planejamento como, por exemplo, a instalação de usina hidrelétrica em locais que possam gerar deslocamentos com populações indígenas. A hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã (margem esquerda do Amazonas), começou a ser construída sem um conhecimento total da área, o que acarretou erro de projeto, elaborado às pressas para que o país obtivesse créditos no exterior em troca de compra de equipamentos. Com a revisão do projeto, o espelho do lago foi aumentado em 30%, praticamente atingindo o mesmo tamanho do reservatório de Tucuruí. Desta forma, Balbina, com 250 mil quilowatts, será a maior área inundada do mundo por quilowatt, hoje orçado em US\$ 4 mil. Com o aumento da área inundada, os índios Waimiri Atroari - os mesmos que pararam a construção da estrada Manaus-Bolívia, terão de ser removidos. Diante dos problemas de meio ambiente, principalmente na região amazônica, surgiu a necessidade de um planejamento integrado com outras entidades, como a FUNARJ e o Instituto de Pesquisa da Amazônia para que o "progresso não tenha um custo elevado", disse Holtz. A estatal está estudando como planejar os futuros aproveitamentos hidrelétricos da Amazônia. (JB - 16/2/87)

ELETRONORTE PRETENDE RESSARCIR OS PARAKANÁS

O presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, e o presidente da Eletronorte, Miguel Nunes, celebraram termo de compromissos que assegura o ressarcimento à comunidade indígena Parakanã, pela perda da posse de parte de suas terras e prejuízos de ordem cultural inerentes à remoção para outra área, em decorrência da formação do reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí. O ressarcimento será feito através de um programa de assistência e apoio àquela comunidade, visando, primordialmente, diminuir os impactos e efeitos diretos e indi-

Índios

ELETROBRÁS PLANEJA PARA EVITAR ERROS

O plano de meio ambiente elaborado pela Eletrobrás e já aprovado pelo Banco Mundial prevê um investimento de Cz\$ 13,4 bilhões (no período 1986/89), sendo Cz\$ 4,6 bilhões a serem aplicados este ano, o equivalente a 5,5% do orçamento da estatal. O diretor de planejamento e engenheira

retos, sofridos e que virá a sofrer em função das alterações ambientais e sócio-econômicas ocorridas na área indígena e região - antecipou o presidente da FUNAI Sob a denominação de Programa Parakanã, serão desenvolvidas ações em três etapas: uma, de execução imediata, outra, de implantação a médio prazo, e a terceira, a ser programada futuramente, com participação direta da comunidade e após avaliação das etapas anteriores. As ações de caráter imediato e que compõem a primeira etapa do programa serão desenvolvidas diretamente pela Eletronorte. Nela se inclui a recuperação da estrada da aldeia Paranati e de uma ponte, construção da pista de pouso, aproveitando-se o leito da própria estrada, aquisição de uma viatura Toyota, cabine dupla, para assistência à comunidade, construção de um posto médico, equipado, em local a ser decidido pelo grupo de trabalho, para atendimento ambulatorial. (A Crítica-AM - 03/2/87)

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente José Sarney assinou decreto nº 94.014 em 11/2/87, homologando a demarcação da Área Indígena Merure, localizada nos Municípios de General Carneiro e Barra do Garças (MT). (Diário Oficial, 12/2/87)

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente José Sarney assinou decreto nº 94.013 em 11/2/87, homologando a demarcação da Área Indígena Menkü, no Município de Diamantino, MT. (Diário Oficial, 12/2/87)

DECRETO DE DELIMITAÇÃO

O Presidente José Sarney assinou decreto nº 94.015 em 11/2/87, declarando de ocupação dos indígenas a Área Indígena Zuruahã, no Município de Camaruã, AM. A área será demarcada administrativamente pela FUNAI. (Diário Oficial, 12/2/87)

Igrejas

BOMBA EXPLODE NO JARDIM DA RESIDÊNCIA DE D. ALOÍSIO

Uma bomba, possivelmente de fabricação caseira, explodiu aos 15 minutos de ontem no jardim da residência do cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d.Aloísio Lorscheider, próximo aos seus aposentos particulares. Segundo o padre Mariano Rocha, que ocupava outro aposento, não houve feridos. D. Aloísio, que não fez qualquer comentário sobre o incidente, saiu de sua residência às 6h, indo para local ignorado. Sua secretária, irmã Mariinha, disse que "ele estava muito abalado". Uma equipe da Polícia Técnica, chefiada pelo delegado Roberto Antão, esteve no local logo após a explosão. Segundo irmã Mariinha, os policiais prometeram a conclusão do laudo pericial sobre o atentado em cinco dias. A secretária de d. Aloísio disse ainda que o vigilante contratado para guardar a residência não viu qualquer pessoa ou qualquer veículo passar pelo local naquele horário. "O que ele sentiu foi muito cheiro de pólvora", acrescentou. (FSP - 22/2/87)

PARA CASALDÁLIGA O LIVRO DE BOFF É 'MUITO TRADICIONAL'

O bispo de São Félix do Araguaia (MT), d. Pedro Casaldáliga, uma dos principais representantes da corrente "progressista" do episcopado brasileiro, disse ontem que o livro "A Trindade, a Sociedade e a Libertação", do teólogo franciscano Leonardo Boff, "é, em certa medida, muito tradicional e cuidadoso". "É o livro de um teólogo que acabou de apanhar", disse o bispo referindo-se ao período de "silêncio obsequioso" a que Boff foi submetido pelo Vaticano, em 1985, pelas idéias defendidas no livro "Igreja, Carisma e Poder", Na opinião de d. Pedro, "a maior parte do livro recolhe a doutrina tradicional da Igreja sobre a Trindade, com precisão acu-

mulativa", e "insiste no aspecto comunitário desse mistério trinitário com muita delicadeza". (FSP - 19/2/87)

VATICANO PRESSIONA CONTRA REEDIÇÃO DE OBRAS

Os livros "Igreja, Carisma e Poder" (Vozes, 1981), de Leonardo Boff, e "Roma Locuta" (Vozes, 1986), publicado sob responsabilidade do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, não foram reeditados pela Editora Vozes, por decisão editorial, devido a pressões da Congregação para a Doutrina da Fé do Vaticano. "Igreja, Carisma e Poder" é o livro que levou à punição de Leonardo Boff com um ano de "silêncio

obsequioso" pela Congregação para a Doutrina da Fé, em 1985, na conclusão de um processo iniciado pela Congregação para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro. O livro "Roma Locuta" reúne os principais documentos relativos ao processo e condenação de Boff. "Roma Locuta" chegou a ter uma segunda edição impressa, mas não distribuída, que ficou depositada durante meses nas dependências da Vozes, em Petrópolis (RJ). Os livros, afinal, foram vendidos a preço de custo ou distribuídos gratuitamente pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. Agora, "A Trindade, a Sociedade e a Libertação" também começa a provocar discussões entre as diversas correntes da Igreja católica brasileira. (FSP - 17/2/87)

DEPOIMENTO DE DOM MARCELO PINTO CARVALHEIRA, BISPO DIOCESANO DE GUARABIRA, PARÁIBA, SOBRE OS ACONTECIMENTOS DA TARDE DO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 1987, NO SÍTIO VARELO DE CIMA, MUNICÍPIO DE ARARUNA, PARÁIBA.

No sábado à tarde, dia 14 do mes em curso, conforme costume fazer com as Igrejas e comunidades das cidades e dos sítios de minha Diocese, fui ao sítio **Varelo de Cima**, no município de Araruna, para visitar os fiéis e realizar uma celebração com eles, trabalhadores rurais que vem sofrendo muitos vexames, por questão de terra, nestes últimos tempos.

Reunimo-nos diante da casa de um trabalhador, para dentro da porteira que delimita sua posse. Após uma cordial e tranquila conversa inicial, comecei uma celebração litúrgica, revestido dos paramentos sacros. Comigo concelebrava o Pe. Cristiano Muffler.

A celebração corria normalmente, com cânticos religiosos, leitura da Palavra de Deus e preces. No comentário do Evangelho, insisti na questão fundamental da Fé em Deus, do espírito de fraternidade e da paz verdadeira que vem de Deus e só pode existir com o diálogo honesto e a prática eficaz da justiça. Todos estavam em clima de oração e com mãos e espíritos desarmados.

→

A certa altura da celebração, por volta das 16:40 hs., chega e estaciona na estrada em frente, a cerca de seis metros do local onde se realizava a celebração, um automóvel de cor amarela, marca Volkswagen. Dois homens, que vi estarem nos assentos dianteiros do carro, saíram, e pude perceber que havia mais uma pessoa no banco traseiro. Um dos dois homens que saíram do veículo, bem vestido, de roupa clara, gritava palavras de baixo calão e ameaças contra o celebrante e os participantes daquele ato religioso, brandindo, numa das mãos elevada, um revólver cujo tipo não sei identificar. Tratava-se, porém, claramente, de uma arma de fogo.

Diante deste fato, criou-se o pânico no grupo de pessoas que participava da celebração. Pedi calma, apelei para que evitassem qualquer tipo de violência.

Como o agressor continuasse ameaçando atirar, um grupo de homens que participavam da celebração dirigiu-se ao agressor para desarmá-lo, tentando proteger a comunidade e o bispo. Muniram-se defensivamente de alguns pedaços de pau e pedras que recolheram do chão naquele momento. Ao tentar desarmar o agressor, este disparou dois tiros. Um dos tiros raspou a cabeça de um dos agricultores, provocando forte sangramento. Nesse momento, naturalmente, os ânimos se exaltaram, e os homens chegaram a espancar e derrubar por terra o agressor. Em seguida o agressor e seus acompanhantes se retiraram do local a pé, abandonando o veículo em que vinham.

Apesar de que eu continuasse meus apelos à calma e à não-violência, diante do clima criado, não pudemos impedir que um grupo, em revide, virasse o carro abandonado pelo agressor, dentro do qual já não havia mais ninguém, deixando-o tombado fora da estrada.

Finalmente, conseguimos retomar as orações e os cânticos, acalmando os ânimos, tranquilizando as senhoras e consolando as crianças.

Ao chegarem ao local o Sr. Delegado de Polícia e o Sr. Juiz de Direitos de Araruna, expliquei-lhes, de modo sereno, claro e objetivo, o que havia realmente ocorrido, qual o fato que havia gerado a violência, sem tentativas de interpretação, expondo a ordem cronológica dos fatos.

Por isso, confiamos no senso de respeito à verdade, à justiça e no bom senso de todos nós, que temos alguma parcela de autoridade, para que os fatos ocorridos naquela tarde sejam relatados e analisados com sensatez, objetividade e justiça.

Que Deus - que tudo vê e prescreta os corações - seja fiador do nosso testemunho e venha em ajuda de todos nós.